

PRÓ-REITORIA SUSPENDE TEMPORARIAMENTE ARTIGOS DO DECRETO CONTRA O PLÁGIO

O pró-reitor de Pós-Graduação, André Ramos Tavares, divulgou ato em que suspende temporariamente os efeitos dos artigos 2º e 3º (*caput* e parágrafos) do Ato nº 04/2011, editado por aquela pró-reitoria.

O artigo 2º referia-se à disponibilização pela DTI

(Divisão de Tecnologia de Informação) de ferramentas tecnológicas para detecção de plágio ou contrafação. O artigo 3º é o mais polêmico da deliberação e refere-se, em seu parágrafo 2º, à coresponsabilização do orientador em caso de plágio do orientando em teses e dis-

sertações acadêmicas.

Desde o início do ano o tema vem levantando sérios questionamentos dos docentes e de seus programas na pós-graduação, principalmente com referência a uma possível penalização do docente em função de atos cometidos pelo seu

orientando.

Nesta edição ouvimos dois professores do pós-graduação, cujos depoimentos apresentamos na página 3.

Abaixo publicamos a posição do departamento jurídico da APROPUC, solicitado a se posicionar pelos docentes da PUC-SP.

A posição do departamento jurídico da APROPUC

De acordo com atendimento realizado na segunda-feira, dia 19/3, fomos informados que o Ato da Pró-Reitoria da Pós-Graduação nº 04/2011 responsabiliza solidariamente o professor pelo crime de plágio e contrafação, nos seguintes termos:

"Art. 3º. Os professores orientadores de estudantes de Mestrado e Doutorado deverão, antes de encaminhar os alunos para qualificação, utilizar-se das ferramentas disponibilizadas para detecção de eventuais práticas de plágio ou contrafação, nas Dissertações e/ou Teses apresentadas.

§ 1º - Os professores orientadores deverão atestar junto à Secretaria de , antes do depósito das Dissertações e Teses, que o procedimento mencionado no caput foi realizado, sendo negativa a busca.

§ 2º - Na eventualidade de defesa de Dissertações ou de Teses em que sejam constatadas situações de prática de plágio ou contrafação, poderão responsabilizados solidariamente os professores orientadores, caso não tenha sido o disposto no art. 3º deste Ato.

Art. 4º - As dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado em que sejam constatadas a prática de plágio ou contrafação serão declaradas nulas de pleno direito, após comprovação de autoridade(s) acadêmica(s) nomeada(s) para esse fim, como prevê o art. 328, VII, § 2º, do Regimento Geral da PUC-SP. " (g.n)

De início temos que a questão do plágio e da contrafação é tema constante nos meios acadêmicos e que atualmente existem inovações tecnológicas que auxiliam os professores orientadores na árdua tarefa de identificar plágio total ou parcial na produção acadêmica.

Consideramos que como empregadora, a instituição de ensino pode implementar rotinas de trabalho que devem ser seguidas pelos funcionários, e, nesse caso específico, com o claro objetivo de evitar o depósito de trabalhos acadêmicos evitados de conteúdo que se enquadra em plágio ou contrafação.

Entretanto, ao afirmar que o professor orientador será considera-

do como responsável solidário evidencia-se a arbitrariedade no sentido de que essa responsabilização é subjetiva e deve ser devidamente apurada (por intermédio da instauração de sindicância).

Além disso, as sanções descritas para os alunos não dizem respeito aos professores, assim sendo, deve estar clara a sanção que será aplicada ao professor, tratar como responsável solidário implica no entendimento que serão aplicadas as mesmas sanções administrativas, civis e penais, e isso não é correto.

Resta claro que o professor tem o dever de vigilância de seu aluno e a responsabilidade de impedir o resultado criminoso com a comunicação da existência de plágio ou contrafação justamente porque é o orientador e possui a capacidade técnica de evitar o resultado oriundo de um negócio jurídico.

Entretanto, somente após a constatação (por intermédio da instauração de sindicância) de que houve omissão em seu dever de orientar e fiscalizar o trabalho do aluno orientado é que poderá ser aplicada alguma sanção, seja ela trabalhista, civil ou o encaminhamento para a esfera penal, mas não há responsabilidade solidária, são responsabilidades distintas a do aluno e a do professor-orientador.

Indagações importantes para serem esclarecidas pela Pró-Reitoria:

1 - Quando se afirma que o professor será responsável solidário, o que se entende por solidariedade e qual o efeito jurídico que ela causará?

2 - Qual o grau de falibilidade da ferramenta de detecção de plágio e contrafação, como também origem, qualidade e segurança destes produtos. E isto porque, se o professor utiliza o software e após é constatado o plágio, qual a garantia do professor que não será responsabilizado?

3 - Na hipótese do professor discordar com o resultado negativo das ferramentas disponibilizadas pela Universidade, desde que apresentada fundamentação, este incorrerá em alguma penalidade?

Sabrina Noureddine e Adriana Santana

EDITORIAL

Responder aos assassinatos no campo com a política dos explorados

No final de março, dia 23, usineiros e latifundiários assassinaram 4 líderes dos camponeses sem-terra. Valdir Dias Ferreira, Nilton Nunes da Silva e Clestina Leonor Sales Nunes eram acampados na Fazenda São José dos Cravos, no Triângulo Mineiro. Lutavam contra a reintegração de posse movida pela Usina Vale do Tijuco. Pertenciam ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), como coordenadores estaduais. E Antônio Tiningo era uma das lideranças do acampamento da Fazenda Ramada, em Pernambuco.

Valdir, Nilton e Clestina foram executados na rodovia MGC-455, próximo a Uberlândia. A reintegração de posse da área tinha sido objeto de audiência pública, no início do mês. Sem o acordo, os responsáveis pela fazenda assassinaram as três lideranças. Logo após as mortes, a Justiça concedeu a reintegração de posse à empresa. Por sua vez, Antônio Tiningo foi vítima de uma emboscada quando se dirigia para o acampamento da fazenda Açucena, no agreste do estado pernambucano. Tiningo estava na mira do empresário e fazendeiro Brecha Maia, que já havia promovido a expulsão dos acampados da fazenda com seus próprios jagunços. Mas os camponeses a reocuparam em fevereiro de 2012. A partir daí, os ocupantes viviam sob ameaça do fazendeiro, fato que culminou com a execução do coordenador do acampamento.

Lembremos que em maio de 2011 José Cláudio Ribeiro da Silva e Maria do Espírito Santo da Silva foram eliminados por pistoleiros a mando dos desmatadores da reserva extrativista de Praia Alta-Piranheira, no Pará. A testemunha do fato, Erenilton Pereira dos Santos, também foi assassinada.

Trata-se de crimes de classe. Os poderosos capitalistas defendem suas propriedades contra os camponeses pobres por meio de execuções. Contratam jagunços e constituem milícias. A violência das armas contra o movimento dos sem-terra e dos pequenos agricultores é

praticada sob a proteção do Estado de direito e sob a complacência, quando não da conivência, dos governantes. Estamos cansados de saber que os latifundiários, madeireiros e agroindustriais mandantes não sofrem nenhuma punição. Permanecem com as mãos sujas de sangue e livres para continuar contratando pistoleiros para a defesa de seus interesses.

O fundamental, no entanto, se encontra no atraso político e de consciência de classe dos operários, dos camponeses e das camadas oprimidas de classe média urbana. Somente a organização de um amplo movimento social resolverá o problema da terra e combaterá a violência reacionária dos capitalistas. As direções sindicais e do movimento camponês estilhaçam a unidade dos trabalhadores, enfraquecendo a sua capacidade de luta coletiva e favorecendo os opressores.

É impressionante o silêncio tumular dos sindicatos e do próprio movimento sem-terra perante a barbárie que vem sendo cometida contra os pobres do campo, que ousam levantar a cabeça e defender a sua sobrevivência.

A farsa da reforma agrária do governo petista não faz senão reproduzir a farsa dos governos anteriores com a política de assentamentos. Mas chegará a hora em que o sangue camponês derramado alimentará a força dos explorados contra os exploradores.

Nesse momento, estamos diante do dever de fazer uma campanha pelo fim dos assassinatos e pelo direito dos camponeses em luta se autodefenderem. Por um Tribunal Popular constituído a partir das fábricas, locais de trabalho, escolas e campo. Que seja edificado pelas organizações de trabalhadores, como sindicatos, movimentos, entidades estudantis e partidos comprometidos com a causa operária e camponesa. Somente assim será dado um passo contra os assassinatos no campo e pela punição dos assassinos.

Diretoria da APROPUC

Após manifestação, Consad aprova impressão do jornal *Contraponto*

O Conselho de Administração (Consad) se reuniu no último dia 30/3, e aprovou a impressão das oito edições anuais do *Contraponto*, jornal laboratorial do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Na reunião anterior, a comissão de compras havia indicado ao conselho a não aprovação da verba para a impressão do jornal, sugerindo que este deixasse de ser impresso e se tornasse apenas on-line. Para os membros da comissão, essa seria uma mídia mais adequada, e moderna do que a impressa.

Os conselheiros caminhavam para aprovar essa sugestão, quando o conselheiro, e secretário executivo da Fundação São Paulo, padre Rodolpho Perazzolo, lembrou da necessidade de se consultar o curso antes de tomar uma decisão definitiva sobre o tema.

Seguindo essa linha de raciocínio, os conselheiros aprovaram apenas a impressão de duas edições, com a sugestão de que o jornal se tornasse on-line, e de que o departamento fosse procurado para opinar sobre o tema.

A sugestão causou revolta no curso de Jornalis-

mo que enviou manifestação ao conselho solicitando a aprovação de todas as edições do jornal, por entender que o jornal é essencial para o funcionamento do curso, e um dos diferenciais da universidade perante outras instituições.

"O *Contraponto* permite ao estudante, desde o primeiro ano, ingressar na prática do jornalismo com os resultados imediatos assegurados por 12 anos de história. Deixar de imprimir o *Contraponto* é, nesse sentido, tirar um forte argumento para que o estudante venha para a PUC-SP. É dar um tiro no próprio pé", afirmou o departamento na carta enviado ao Consad.

DEPARTAMENTO DE RI

Ainda durante a reunião, os conselheiros aprovaram, do ponto de vista financeiro, a criação do departamento de Relações Internacionais. A pauta segue agora para o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE), e para o Conselho Universitário (Consun), onde a parte acadêmica da criação do departamento será avaliada.

PUC Viva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Caio Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho
Fotografia: Marina D'Aquino
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischorst

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Professores se posicionam contra o ato da Pró-reitoria

O PUCviva ouviu dois professores que participaram ativamente da discussão sobre o ato 04/2001 da Pró-reitoria de Pós-Graduação. Abaixo transcrevemos suas opiniões.

O ato considera que todos os professores são irresponsáveis em seu processo de orientação

Lúcia Barroco

O Ato ignora a dimensão ética da pesquisa e o papel educativo da universidade no enfrentamento de possíveis infrações éticas, como o plágio. Não leva em consideração que a detecção do plágio deve ocorrer durante o processo de orientação, partindo de uma suspeita, por parte do professor, e de uma posterior averiguação pedagógica junto ao aluno. Evidenciando uma concepção burocrática pretensão de enfrentar casos particulares de plágio generalizando-os para o conjunto dos alunos - tratados de forma discriminatória como potencialmente plagiadores. Considera que todos os professores são irresponsáveis, em seu processo de orientação e em sua capacidade científica de discernir entre uma cópia e um texto original escrito pelo aluno que eles acompanham entre dois a quatro anos. Transforma a atividade docente em tarefa "policialesca": todos os alunos devem ser investigados através de uma espécie de "detector de mentiras". Invertendo responsabilidades e considerando o plágio somente do ponto de vista jurídico-formal oferece a "chance" dos professores se "isentarem

de responsabilidade" no caso de constatação de plágio mediante a assinatura de uma declaração que ateste a utilização daquele "detector".

Ora, estamos diante de uma inversão da natureza educativa de uma universidade e dos fundamentos da ética na pesquisa. O plágio deve ser punido, pois é uma grave violação ética dos princípios que regem a produção e a comunicação do conhecimento.

Mas a punição é o fim de um processo que se inicia com a prevenção e que se desenvolve numa relação educativa junto ao orientador e nos demais espaços da academia. Espera-se que os jovens pesquisadores não cometam infrações éticas, mas para que isso se objetive em face de uma conjuntura que evidencia casos concretos de infração faz-se necessário resgatar o papel da universidade, a natureza ética de tais infrações e suas determinações, manifestas na sociedade e na universidade. Por que isso está ocorrendo? Por que ocorre na PUC? Quais são as estratégias pedagógicas, éticas e políticas para o enfrentamento dessa questão? Uma política preventiva é objetivada através da educação, do debate coletivo e democrático, da elaboração de

estratégias de enfrentamento prático com enfoque não imediatista e isolado de outras determinações envolvidas. Para isso é preciso investir no oferecimento de disciplinas de Ética Profissional nos Cursos de Pós-Graduação; viabilizar a participação efetiva das Comissões de Ética da Universidade; promover debates coletivos entre os grupos e núcleos de pesquisa, incentivando a participação

docente, entre outros.

Enfim, criando uma cultura democrática de valorização da ética e da política na produção de conhecimento e no trabalho profissional.

Lúcia Barroco é professora de Ética Profissional, e coordenadora do Núcleo Estudos e Pesquisa em Ética e Direitos Humanos do Pós em Serviço Social e Membro da APROPUC

Como substituir o trabalho de uma banca examinadora por um software genérico?

Raul Pacheco Filho

O documento que o colegiado do meu Programa de Pós (Psicologia Social) elaborou, reivindicando a revogação do Ato nº 04/2011, expõe com clareza e propriedade os problemas que dele decorrem. Sabemos do cuidado que envolve a avaliação de um trabalho de mestrado ou doutorado, por uma Banca Examinadora, cuja competência implica a sedimentação de muitos anos de estudos e pesquisas em uma área particular do conhecimento. Como substituir isso por um software genérico? Quem seria o onisciente criador dessa ferramenta 'mágica', capaz de julgar a existência de plágio ou contrafação nas mais di-

ferentes áreas do universo acadêmico e científico? Acho que a função da Universidade é exatamente possibilitar a crítica consciente e ponderada da fetichização da técnica estreita, que se espalhou irracionalmente pela nossa sociedade.

Adicionalmente, acho que o Ato nº 04/21011 introduz a desconfiança e a suspeita apriorística, na relação professor-aluno. Por último, parece-me um absurdo jurídico pretender responsabilizar um orientador por eventuais infrações ou contravenções cometidas por seus orientandos, sem que haja prova de sua participação no ato ilícito.

Raul Pacheco Filho é professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social

Consun toma conhecimento do balanço da PUC-SP

Na última reunião do Conselho Universitário (Consun) de 28/3, a Fundação São Paulo apresentou o balanço financeiro de 2011, para que os conselheiros tomassem ciência do resultado final que será publicado brevemente nos jornais paulistanos.

Pelo novo estatuto, o Consun não tem o poder de modificar o balanço, pois esta tarefa cabe ao Conselho de Administração, Consad, e ao Conselho Superior da Fundação São Paulo, cabendo-lhe unicamente a tarefa de tomar conhecimento do documento.

Os conselheiros questionaram o fato de que, mesmo ocorrendo um aumento da receita líquida o balanço apresente um déficit da ordem de R\$ 10 milhões.

O funcionário da Controladoria José Neto esclareceu que, no balanço anterior, não foram considerados para efeito do documento os R\$ 20 milhões pagos aos professores referente aos atrasos de 2005.

O reitor informou aos conselheiros que solicitou uma manifestação do Cardeal Dom Odilo Scherer sobre solicitações dos conselheiros do Consun. A primeira diz respeito ao pedido de alterações de itens do Regimento e do Estatuto feito ao cardeal. O segundo pedido refere-se a esclarecimentos que os conselheiros solicitaram a respeito de alterações praticadas pelo Conselho Superior da Fundação São Paulo no orçamento para 2012, notadamente o aumento do índice de rea-

juste das mensalidades aprovado pelos conselheiros. O reitor informou que está aguardando a resposta do Grão Chanceler.

CONTRATO DE TRABALHO

Alguns conselheiros mostraram sua preocupação com a demora da resposta da Fundação São Paulo à proposta aprovada de contrato de trabalho. A diretora da Faculdade de Ciências Sociais Margarida Limena lembrou que a aprovação deve acontecer até o final de abril para que, em maio, os contratos de trabalho dos docentes referentes ao segundo semestre já tenham um referencial. Outra preocupação referente à carga horária docente foi levantada pelo pró-reitor

de pós-graduação, André Ramos Tavares, que informou a nova diretriz da Capes que limita em oito o número de orientandos por professor. O novo contrato de trabalho prevê 10 alunos para um tempo parcial de 20 horas, TP-20, porém, como afirmou a professora Margarida, hoje existem professores com mais de 14 orientandos.

Dois assuntos que foram deixados de lado pela pauta do conselho referem-se à audiência pública solicitada pelos estudantes, que já tem a concordância do reitor, mas ainda aguarda o aval da Fundação São Paulo. Também passou longe da pauta a manifestação do bispo de Guarulhos contra a PUC-SP. Um grupo de estudantes aguardava a manifestação do Conselho, o que não ocorreu.

PUC-SP sedia ciclo de debates sobre Rio+20

Um ciclo de debates, que acontecerá na PUC-SP entre abril e junho, discutirá a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre desenvolvimento sustentável, a Rio+20. A conferência, que acontecerá em junho na cidade do Rio de Janeiro, terá três temas principais: a renovação dos compromissos assumidos na Rio-92, um exame do desempenho da Governança Ambiental e a proposta de adoção de uma Economia Verde, que articula as práticas econômicas com padrões ambientais.

O intuito do ciclo é discutir tais temas com intelectuais, representantes go-

vernamentais e de movimentos ambientalistas, e para isso serão realizados quatro debates. O primeiro deles, que acontecerá no dia 11/4, no auditório 239, discutirá "a crise e a reforma da governança ambiental global", cujo objetivo, segundo os organizadores, é debater as causas do desempenho insatisfatório do sistema ONU na governança ambiental global. A professora de Relações Internacionais da PUC-SP, Flávia de Campos Mello, coordenará a mesa que terá a presença de Christina Montenegro (PNUMA) ou Fernando Lirio (MMA), Wagner Ribeiro (USP), e Rubens Born (Vitae Civilis).

O tema da segunda mesa, que acontecerá no dia 26/4, também no auditório 239, será "ecologia e economia: caminhos cruzados?". A professora do Departamento de Sociologia da PUC-SP, Matilde Almeida, coordenará o debate que terá a presença de Ricardo Abramovay (USP), Representante do Instituto Ethos e Guilherme Leal (Natura).

A terceira mesa, a ser realizada no dia 15/5, dessa vez no auditório 333, debaterá as mudanças climáticas e a valorização da biodiversidade. A professora Marijane Lisboa, do Departamento de Sociologia da PUC-SP, coordenará o

debate que terá a presença de Bráulio Dias (MMA), Ely da Veiga (USP), a confirmar Rubens Gomes (GTA), e um representante do Greenpeace.

Por fim, a última mesa, que acontecerá no dia 4/6, no auditório 239, terá como tema "20 anos depois da Rio-92: o tamanho da dívida chamada sustentabilidade". O professor Gustavo Coelho, da Geografia da PUC-SP coordenará o debate que contará com a presença de Walter Porto Gonçalves ou Arlete Moyses Rodrigues (Unicamp), Ricardo Young (Natura), Marijane Lisboa (PUC-SP), e de representante da Presidência da República.

Livro sobre o trabalho de Mauricio Tragtenberg é lançado pela Educ

Na noite de quinta-feira, dia 29/3, foi lançado o livro "Mauricio Tragtenberg: 10 anos de encantamento", uma coletânea de textos sobre sua obra, organizados pelo professor de filosofia da PUC-SP, Antonio José Romera Valverde. Além do organizador, estavam presentes no evento, que aconteceu na Livraria Cortez, a esposa de Tragtenberg, Beatriz, e seu filho, Lívio.

O livro surgiu a partir do evento artístico-acadêmico de mesmo nome, que aconteceu no TUCA em 2008. "Quando o evento aconteceu, já havia a pretensão de transformar os textos apresentados em livro." declarou Beatriz. "Se você tem um livro como esse, você tem o resumo de todos os acontecimentos e dos posicionamentos de alguém. Fiquei muito feliz com o resultado."

IMPORTÂNCIA DA MILITÂNCIA

"Maurício tinha uma paixão muito grande pelo estudo, pelos livros, pelos alunos. Tudo que ele fazia tinha relação com o trabalho de militância dele, como professor e como educador que tinha real interesse pelos estudantes." continuou a atriz.

Valverde também comentou sobre o processo de criação do livro, que reúne textos apresentados no colóquio em 2008 comentando o trabalho do sociólogo. As obras presentes no livro são um resumo de parte da obra de Tragtenberg, que

chegou a ministrar aulas na PUC-SP.

Tragtenberg foi o criador da Teoria da Pedagogia Libertária fundada na solidariedade, na autonomia e liberdade dos indivíduos e na autogestão, enfocando a reapropriação do saber pelos trabalhadores, e o resgata de seu caráter social e coletivo.

O livro é dividido em 14 capítulos, sendo os treze primeiros direcionados a alguns aspectos da teoria do sociólogo, tendo como autores nomes como Doris Accioly e Silva, Ana Paula Paes de Paula e Maria Ester de Freitas.

Lucia Bruno, outra das autoras presente no livro, afirma que "exatamente por compreender a relação estreita entre o econômico e o político, Tragtenberg pode desenvolver em sua obra uma perspectiva ampla e complexa, em que todos os aspectos econômicos, políticos e administrativos estão intrinsecamente ligados e se reforçam mutuamente."

Valverde também afirma que Tragtenberg "adentrou estruturas diversificadas de pensamentos e de poros da microfísica do poder para construir uma visão política pontual, aprofundada e sobejamente sintética dos conflitos explícitos e la-



Acima os autores do livro juntamente com familiares de Mauricio Tragtenberg; abaixo o coordenador da obra, Antonio Valverde e Beatriz Tragtenberg



tentes do mundo contemporâneo, e, particularmente, do Brasil."

Já José Henrique de Faria acredita que Tragtenberg incorporou e inaugu-

rou a análise crítica dos estudos das organizações no Brasil através da sociologia do conhecimento e defendeu a autogestão como alternativa para a burocracia.

Eleição da APROPUC já tem definida Comissão Eleitoral

Na terça-feira, 27/3, foi nomeada a Comissão Eleitoral que conduzirá o processo sucessório da Associação dos Professores da PUC-SP. As professoras nomeadas foram Noely Welfort, Faculdade de Educação, Sueli Amaral, curso de Serviço Social, e Regina Célia Cavalcanti, da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde.

Nos próximos dias a Comissão se reunirá para determinar o calen-

dário eleitoral bem como as regras que presidirão o pleito.

Os professores associados à entidade elegerão a nova diretoria para o biênio 2012/2014, que deverá ser constituída por presidente e vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureiros além de dois suplentes. O *PUCviva* estará noticiando nas próximas semanas os desdobramentos da campanha eleitoral.

GAUCHE NA VIDA

Rede de Proteção aos Militantes ameaçados de morte: em defesa da vida!

Vivemos tempos de crise, que se expressam nas contradições que assistimos cotidianamente na vida dos milhões de brasileiros e brasileiras. O povo, explorado e que sofre as piores consequências do aprofundamento dessas contradições, não se dobra e se mantém firme em sua luta, seja no campo ou na cidade. Durante todo o ano de 2011, vimos expressões disso no levante dos operários da Usina de Jirau, greve dos trabalhadores da construção do Maracanã, greve dos professores em Minas Gerais e Ceará, dos bombeiros no Rio de Janeiro, dos trabalhadores do serviço funeral em São Paulo, entre outros muitos exemplos.

O capital, ameaçado e que tenta a todo custo e por todos os meios se manter, criminaliza e extermina os movimentos sociais que travam a luta. Durante todo o ano de 2011, vimos uma série de movimentos nazifascistas voltando a se expressar, como os ataques contra homossexuais em São Paulo, o genocídio do povo indígena Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, a invasão dos morros com as UPPs no Rio de Janeiro, a atuação da polícia no campus da USP em São Paulo, entre outros muitos exemplos. Tempos de crise são tempos de intensificação da luta, mas também, da reação, que não quer de maneira alguma deixar de viver como sempre viveu. Não há estado da federação em que não se manifesta a violência dos opressores contra os oprimidos.

Diante deste panorama, assistimos impotentes aos casos de assassinatos de jovens pela polícia, em sua maioria, negros

da periferia e das favelas, que se multiplicam e nada acontece aos executores e responsáveis. No meio rural, os camponeses, quilombolas e indígenas vivem ameaçados pelas armas de latifundiários, madeireiros, mineiros e agentes do agronegócio (empresas de segurança privada, uma espécie "moderna" e legalizada de jagunços). Nas grandes cidades, a miséria e tudo que decorre dela são respondidas pelo Estado com operações policiais, muitas vezes de guerra. No campo, o poder econômico responde com o terror, empregando milícias, capatazes, jagunços e pistoleiros de aluguel.

Não podemos nos esquecer da execução no dia 24 de maio do extrativista José Cláudio Ribeiro da Silva e de sua companheira Maria do Espírito Santo da Silva por pistoleiros a mando de madeireiros. Ambos organizavam a resistência aos madeireiros na reserva Água Extrativista Praia Alta Piranhiera, no estado do Pará. Apenas três dias depois, em 27 de maio, Adelino Ramos, líder do Projeto de Assentamento Florestal Curuquetê, em Rondônia, foi morto pelas armas dos latifundiários. Em seguida, mais três assassinatos. Nada foi apurado. Na Ouvidoria do Pará e de Rondônia, constam 170 mortos e 70 inquiridos de assassinatos, sendo que somente 10% foram considerados esclarecidos. Há ainda 216 casos que permanecem à margem da Justiça. A Comissão Pastoral da Terra contabiliza centenas de mortes desde os anos 80. Há uma lista de 1.813 líderes ameaçados de morte.

No país da Copa do Mundo e dos megaeventos, nossos

lutadores e lutadoras são criminalizados, perseguidos e assassinados. Os mandantes permanecem impunes, não podemos nos esquecer dos massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás, cujos responsáveis caminham livres e soltos por aí. Se os lutadores e lutadoras não terminam sendo presos, a Justiça fecha os olhos para que os grandes proprietários os reprimam com recursos próprios. Nesse nosso estado democrático de direito (burguês) não temos direito de nos organizarmos contra a injustiça. O Estado atua de forma omissa, coadjuvante ou protagonista, juntamente com o empresariado rural e urbano e diz que não há como proteger os ameaçados de morte. Isto porque não há interesse em garantir a vida daqueles que organizam movimentos contrários à grande propriedade da terra e à oligarquia agroindustrial. Os extermínios diretos e indiretos são parte do projeto do poder.

Neste momento de acirramento da luta de classes, no qual a classe trabalhadora resiste fortemente, uma de nossas maiores riquezas é certamente nossos companheiros e companheiras que se doam todos os dias na construção de uma realidade diferente. Este é o motivo pelo qual não há como defender e manter a luta dos pobres do campo e da cidade senão defendendo o direito de autodefesa e constituindo um tribunal popular para responder aos crimes dos poderosos. É preciso, sem dúvida, que os trabalhadores urbanos e rurais se unam em um só movimento.

Nossa solidariedade precisa ser concretizada na prática

da defesa, proteção e preservação de nossos camaradas. Como uma iniciativa desde o dia 08 de agosto de 2011, formou-se uma Rede Autônoma de Proteção aos Militantes ameaçados de morte, composta por diversas organizações e movimentos sociais, no intuito de erguer nossas vozes em denúncias e solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras perseguidos e em repúdio aos ataques dos poderosos. Além disso, essa rede auxilia, realoca e busca dar proteção aos companheiros e companheiras ameaçados (as) que a procuram. Os que participam dessa iniciativa enfatizam a necessidade de que seja ampliada a todos os estados do Brasil, a todos os lugares onde há injustiças e, portanto, onde há perseguição daqueles que lutam contra elas. Maiores informações através da Associação de Professores da PUC-SP (APROPUC) através do endereço eletrônico apropuc@uol.com.br e do site www.apropuc.org.br

Pela criação de um tribunal de denúncia e proteção dos militantes ameaçados!

Matéria originalmente publicada na Edição 456 do Jornal Inverta, em 17/01/2012.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Justiça suspende reintegração de posse no MS

Manifestantes protestam contra torturador do DOI-Codi

MARINA DIAGUINO



Lideranças indígenas comemoram decisão na Justiça

Na tarde de 26/3 indígenas da aldeia Laranjeira Nhanderu, no município de Rio Brillhante (MS), viajaram novamente a São Paulo para acompanhar o julgamento que decidiria pelo despejo ou permanência da comunidade que hoje ocupa trecho da reserva legal da Fazenda Santo Antônio da Boa Esperança, no sul do estado. O caso foi levado aos tribunais e dependeu de três seções para sua conclusão. Por fim, foram dois votos a um, determinando pela suspensão da reintegração de posse, até que se conclua uma perícia judicial no local.

Os representantes de Laranjeira Nhanderu que acompanharam a seção em São Paulo vibraram com a decisão, mas cobraram providências da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Nosso caso ainda não foi resolvido, está apenas começando. Nós precisamos do relatório de nossas terras para acabar com essa angústia, mas a Funai está muito devagar, ou não está fazendo, o que nos tem prejudicado muito", afirmou o cacique Faride Lima.

A Coordenação Geral de Identificação e Delimitação (CGID), departamento da Funai responsável pela regularização das áreas indígenas, está com o caso de Laranjeira Nhanderu e cerca de outros 400 pedidos de demarcação de terra de diferentes áreas do país e, segundo ele, a mé-

dia de demarcação tem sido de 20 laudos por ano.

HISTÓRICO

Desde a retomada do Tekoha (terra) Laranjeira Nhanderu, em 2007, quando a comunidade decidiu sair das precárias áreas de reserva indígena destinada a eles pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), na década de 1920, a aldeia sofreu inúmeros ataques de pistoleiros e já foi despejada três vezes de seu território original, tendo suas casas de sapê queimadas logo após a saída dos indígenas. Da última vez, a comunidade se instalou à beira da BR 163, onde passou um ano e sete meses em instalações problemáticas, com dificuldade de acesso a recursos naturais, como água potável e comida, e ausência de segurança.

Durante o período em que passaram à beira da estrada, cinco pessoas morreram atropeladas, uma criança morreu contaminada pela água e dois jovens se suicidaram por não suportarem a condição desumana em que vivia a comunidade. Hoje, a aldeia composta por cerca de 170 Guarani Kaiowá - dos quais 100 crianças e 30 idosos -, vive em uma área muito inferior aos 11 mil hectares de terra reivindicados por eles, cercados por soja e cana de açúcar por todos os lados.

Cerca de 150 pessoas realizaram um "escracho", na segunda-feira, 26/3, em frente à empresa de David dos Santos Araújo, delegado aposentado da polícia civil que atuou no Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-Codi) utilizando codinome de "Capitão Lisboa". Durante a ditadura, o delegado torturou e estuprou inúmeros militantes políticos que se opuseram ao regime ditatorial.

Os manifestantes tocaram tambores, cantaram músicas de denúncia e picharam a frente da empresa para marcar que o dono do local foi torturador.

O ato, que foi organizado pelo Levante Popular da Juventude, teve como intuito chamar a atenção da sociedade para o fato de que diversos torturadores da época da ditadura não foram punidos, e continuam vivendo suas vidas normalmente, escondendo seu passado sombrio.

David, por exemplo, hoje é dono da empresa de segurança privada Dacala, localizada no bairro do Campo Belo em São

Paulo. Até a realização do ato, nem mesmo seus vizinhos sabiam que ele havia sido torturador durante a ditadura militar. Em outras cidades do Brasil, manifestantes fizeram atos semelhantes e simultâneos, como em Porto Alegre, Belém, Fortaleza, e Belo Horizonte.

Além dos "escrachs", ao menos outras três manifestações seriam realizadas durante o fechamento desta edição, no Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas (SP) para contrapor a história oficial da ditadura militar e ofuscar as comemorações de aniversário do golpe de 1º de maio de 1964.

Em São Paulo, a manifestação é organizada pelo Cordão da Mentira e está marcada para o dia 1º de abril, com saída às 13h30 do Cemitério da Consolação.

O Cordão da Mentira é formado por várias entidades civis e artistas, entre eles, Tortura Nunca Mais, Mães de Maio, Luta Popular, Grupo Folias, Cia. Estável de Teatro, Ocupa Sampa, Rua do Samba Paulista, entre outros.

Rodas tira professor, e nomeia três coronéis para coordenar segurança na USP

O jornal Folha de São Paulo publicou matéria no dia 29/3 afirmando que o reitor da USP, João Grandino Rodas, irá substituir o professor Adilson de Carvalho da coordenação da segurança dentro do campus Butantã da USP. Ainda de acordo com a publicação, três coronéis assumiram o cargo.

Para a recém-criada Superintendência de Segurança foi escolhido o coronel Luiz de Castro Júnior. Dois outros coronéis, com nomes ainda não divulgados, serão subordinados a ele. Um deles será responsável pela segurança da capital e o outro das unidades do interior.

Por outro lado, o jornal da rede Bandeirantes de Televisão denunciou em matéria transmitida no dia 27/3 o envolvimento de policiais militares com membros de facções do crime organizado dentro da Universidade de São Paulo, entre outros locais. O jornalista Sandro Barboza divulgou trechos de um relatório de investigação da morte do estudante Felipe Ramos de Paiva, dentro da USP, em maio de 2011, o qual afirma que a organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) paga, "semanalmente, elevados valores aos policiais militares que atuam na região".

ROLA NA RAMPA

Estudantes de Economia protestam contra a SAE

Alunos da Faculdade de Economia e Administração (FEA) protestaram durante a última semana em frente à SAE para chamar a atenção aos problemas que os cursos vêm passando desde o início do ano letivo. Turmas fechadas e disciplinas canceladas estão entre as dificuldades, além da demora na solução de problemas simples, como regularização da matrícula: "Às vezes os estudantes podem pensar que eles estão isoladamente tendo um problema. Ao explicitar as dificuldades que todos enfrentam, esperávamos mostrar a quantidade de pessoas que estavam na mesma situação, e, com isso, iniciar um debate sobre a própria SAE e sua função", declarou Gilvan Nascimento, graduando do curso de Economia. "Era preciso explicitar

os problemas da FEA com a SAE", continuou. Por outro lado, os funcionários da SAE ficaram constrangidos com a manifestação. Foram relatados alguns excessos verbais cometidos pelos alunos nas faixas e cartazes colocados no setor. Segundo alguns funcionários ouvidos pelo **PUCviva**, o protesto dos estudantes é válido na medida em que ele reflete um sério problema da universidade, porém, dentro de suas limitações os funcionários da SAE estão fazendo todo o possível para atender à comunidade. Dentro das condições de trabalho da SAE, que não são exclusivas do setor, mas refletem toda a precariedade da instituição, o empenho tem sido grande para atender a um volume de trabalho crescente.

Próxima revista **PUCviva** debaterá crise mundial

A próxima edição da revista **PUCviva** terá como tema "A crise mundial do capitalismo e suas tendências bélicas". Os interessados em publicar textos devem enviar o material com até 15 mil toques, até o dia 20/4, para o e-mail apropuc@uol.com.br. A revista tem os seguintes subtemas: As tendências bélicas do capitalismo após o "fim da guerra fria"; As duas guerras contra o Iraque; A guerra de ocupação do Afeganistão; A intervenção militar da ONU/OTAN na Líbia; A ameaça de guerra contra o Irã; A crise na Síria e a posição das potências; A queda de governos ditatoriais no Norte da África e

Oriente Médio; O avanço de Israel sobre o território palestino; O armamentismo na América Latina; O significado histórico das duas guerras mundiais para o armamentismo; Economia armamentista e a paz mundial. Os artigos não precisam se referir somente aos subtemas, podendo abordar também o tema geral da publicação. Outra publicação da APROPUC, a revista **Cultura Crítica**, está em processo de conclusão. A revista debaterá a obra, e a vida de Aluísio de Azevedo, autor do clássico *O Cortiço*. O jornal **PUCviva** noticiará em breve a data de lançamento da revista.

Grupo de estudos sobre Marxismo inicia atividades

O coletivo Tomando O Céu de Assalto convida a todos os estudantes a participarem do grupo de estudos sobre Marxismo, que será coordenado pelo professor Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, e composto também por outros professores convidados. As reuniões do grupo acontecerão quinzenalmente

aos sábados, das 13h às 16h, na sala 125 do Prédio Novo, e os textos para leitura prévia estão disponíveis em pasta no xerox do CACS. A próxima reunião, que acontecerá no dia 14/4, discutirá o livro "A questão judaica", de Karl Marx. Maiores informações disponíveis no blog <http://grupoestudos-marxismo-pucsp.blogspot.com.br/>.

Nota de falecimento

Informamos o falecimento da Sra. Lidia Pescara, mãe da secretária da APROPUC Regina Alves Nascimento, ocorrido na

terça-feira, 27/3. O **PUCviva** e toda diretoria da APROPUC manifestam o seu profundo pesar pelo ocorrido.

Exposição debate "Processos Públicos"



Guilherme Gafi, um dos 13 artistas que participaram da exposição

Estudantes do 7º semestre de Arte: História, Crítica e Curadoria, da PUC-SP, acompanhados de professores do curso e artistas convidados, formaram a segunda equipe curatorial do curso, fruto de um exercício de aprendizado sobre os processos que envolvem o sistema da arte. A exposição "Processos Públicos", realizada no dia 24/3, no subsolo do Paço das Artes, na USP, teve caráter experimental e foi realizado em um único dia, onde artistas e público compartilharam o mesmo espaço, em um processo contínuo

de criação artística.

Em um segundo momento, a exposição segue para o Museu da Cultura, no dia 4/4, das 18h às 21h30, onde serão exibidos os registros, e as memórias do que se passou na ocasião, gerando debates e reflexões com a participação de artistas, alunos/curadores e professores, além da participação de Suely Rolnik e Lucia Koch para o debate. Já no encerramento da exposição, no dia 25/4, também a partir das 18h, os convidados serão Priscila Arantes e Lucio Agra.